

METODOLOGIA DO ESTUDO CIENTÍFICO

Emerson Ike Coan*

O estudo, este há de dispor de vagar para inteirar-se, apreciar, e, principalmente, criticar e criar. Ou é atento, meditado, metódico ou não é estudo [...] A gente estuda toda vida [...] E hoje ainda mais, porque a ciência está fazendo milagres com as invenções e as descobertas (Lyra, 1988, p. 50).

1 Introdução

Este trabalho, concebido originalmente em forma de apostila, vinha sendo indicado, em nível extracurricular e facultativo, aos alunos de primeiro semestre na disciplina Linguagem Jurídica, ministrada na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, principalmente para orientação em momento de Plantão Departamental. Saliente-se que não pretendia, nem pretende agora, esgotar tão árdua e criteriosa matéria. Na realidade, preocupa-se em fornecer ao corpo discente um singelo roteiro, ao versar sobre algumas noções básicas sobre o assunto, a organização da vida de estudos e a produção textual, sendo, para uns, mera repetição de conhecimentos adquiridos e, para outros, um caminho a ser percorrido. Tanto num como noutro caso, as portas estarão abertas para críticas e sugestões.

2 Metodologia científica

A metodologia científica possui um duplo sentido, a saber: 1) conjunto de processo de estudo, de pesquisa e de reflexão (Severino, 2000, p. 19), para o qual o termo pesquisa pode ser definido como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas a problemas que são propostos (Gil, 1991, p. 19); e 2) a monografia científica.

* Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor de Linguagem Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Sob esses aspectos, observa-se nela não só um traço propedêutico, como iniciação ao estudante para a organização da sua vida de estudos, mas também um outro avançado, como base ao pesquisador e formador de opinião quanto ao desenvolvimento de suas monografias, dissertações e teses. Eis, nessa segunda proposta, o aspecto como metodologia do trabalho científico, o que não será tratado aqui, não obstante a indicação bibliográfica (incluindo as mais importantes na seara jurídica).

Quanto ao objeto deste trabalho, ou seja, o caráter propedêutico da metodologia científica, a sua função primeira é a de propiciar o desenvolvimento de uma vida intelectual disciplinada e sistematizada, cujo objetivo é o de fazer o aluno aprender a pensar, necessitando para tanto de disciplina para que o aprendizado se transforme em produção consciente. Prende-se, pois, à noção de método (do grego *metá* = além do, e *odós* = caminho, via), isto é, “o caminho que deve ser percorrido para a aquisição da verdade, ou, por outras palavras, de um resultado exato ou rigorosamente verificado” (Reale, 1994, p. 10.). Ainda, para o criador da “dúvida metódica”, René Descartes (s.d., p. 9), o método serve para “bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências”.

A aposta deste roteiro está centrada na lembrança de que o estudo metódico implica progresso intelectual consciente, pois contribui à formação individual, ao suprir eventuais lacunas e corrigir alguns defeitos adquiridos no ensino básico e médio, dentre os quais podem ser constatados: a imaturidade cultural decorrente basicamente da falta de hábito de leitura; a imaturidade psicológica pela qual observa-se uma nítida carência de objetivos e aspirações, acarretando, pois, posturas irresponsáveis ao longo do curso; e a imaturidade lógica enquanto despreparo em termos de ordenação do raciocínio principalmente para fins redacionais (Bastos; Keller, 1991, p. 16-17). Procuram-se também benefícios à formação profissional, no sentido de uma prática mais eficiente e cooperativa na busca de soluções aos problemas do homem contemporâneo.

3 Organização da vida de estudos

Por essas razões, cumpre, *hic et nunc*, tratar do objeto deste trabalho, enfatizando aquilo que se pretende demonstrar: o método de estudo como meio eficiente para propiciar o progresso intelectual do estudante, quer individual, quer profissionalmente.

A autonomia nesse processo deve ser respeitada, considerando que cada pessoa possui seu ritmo, seus afazeres, seus horários etc. No entanto, como lembra Antônio Joaquim Severino (2000, p. 30), apesar da aparente rigidez dessa metodologia, “ela é, sem dúvida, a mais eficiente. Pressupõe um mínimo de organização da vida de estudos, mas, em compensação, torna-se sempre mais produtiva”.

Tomando-se, *ab initio*, a postura do aluno em relação a uma aula, cabe falar em certos recursos técnicos com o propósito de um aproveitamento integral das informações transmitidas pelo professor, quais sejam:

1) Antes da aula: um preparo psicológico (motivação) com consciência da importância do conteúdo a ser oferecido, a fim de obter a devida concentração, como condição fundamental para que haja entendimento. Exige-se, pois, atenção, que “é concentrar a atividade, é preparar-se para perceber certo objeto ou fazer alguma coisa” (Penteado, 1991, p. 19). É, assim, como aponta José Roberto Whitaker Penteado, um “ato consciente da vontade individual” (Penteado, 1991, p. 19), ou seja, atenção dirigida.

Para tanto, requer algumas recomendações quanto à maneira de ouvir: 1) ouvir é renunciar; 2) ver quem fala; 3) ter posição firme para ajudar os sentidos a permanecerem alertas; 4) evitar interrupções em quem está falando; 5) respeitar posições alheias; 6) atentar aos níveis de audição: a) deduzir o sentido do som; b) compreender o que se está dizendo; c) distinguir o real do imaginário no que é dito; d) escutar com empatia; 7) considerar os fatores físicos: temperatura, ruído, iluminação, meio ambiente, condições de saúde, deficiências auditivas, forma da apresentação; e os fatores mentais da audição: indiferença (desinteresse), impaciência, preconceito, preocupação, posição (*status*; hierarquia) e oportunidade. Ainda, é

guardar silêncio exterior para não distrair os outros e silêncio interior para não distrair a si próprio. O silêncio interior consiste em deixar fora da sala todo problema que nada tem a ver com a aula. É este silêncio interior que permite concentração mais profunda e menos cansativa. O silêncio exterior cria o clima necessário ao bom rendimento da aula (Ruiz, 1991, p. 29).¹

Importante destacar as consultas periódicas aos apontamentos das aulas anteriores na forma de diagramas. Diagramação ou esquematização consiste numa visão global e organizada das idéias em hierarquia de valores pelo emprego de palavras-chave à maneira dos chamados quadros sinóticos. “É um arcabouço, que vai amoldar sobre si a redação, da mesma sorte que os tecidos do corpo se amoldam sobre o esqueleto” (Câmara Jr., 1991, p. 62), com natureza instrumental de caráter provisório e precário, cujo valor é o de ser

o plano que temos de executar [...] como num mapa, o caminho a seguir [...] a planta da arquitetura que vamos executar [...] o guia do qual não nos é permitido afastar sem incorreremos no perigo de um desastre (Bueno, 1968, p. 11).

A principal diferença que existe entre esquemas e resumos é: nos primeiros têm-se apenas tópicos e, nos segundos, têm-se parágrafos de sentido completo.

João Álvaro Ruiz (1991, p. 29) distingue duas formas de revisão de aulas: uma imediata, que se faz da aula anterior, antes da aula subsequente, ou por ocasião de sua preparação; e outra globalizadora ou integradora, pela análise e síntese (o todo complexo desdobrado em partes e a reunificação destas naquele). Esta última é a forma mais apropriada em termos de preparação para provas e exames.

¹ Os destaques não pertencem ao original.

Também as pré-leituras com intuito de conhecimento antecipado do conteúdo, ao permitir ao aluno a distribuição conveniente da intensidade da atenção durante a aula e, sobretudo, o seu aproveitamento, sabendo – e de forma oportuna – fazer perguntas e aumentar a qualidade de seus apontamentos.

2) Durante a aula: a posição do espectador (aluno) próxima ao emissor (professor) elimina inconvenientes acústicos e visuais, propicia um rendimento maior, permitindo, ainda, identificar com mais facilidade o estilo do expositor, seu critério didático e seu raciocínio.

Outro item é a participação ativa por parte do aluno em trabalhos, seminários e atividades em grupo, com reuniões freqüentes, cuja indicação é oportuna tendo em vista seu propósito para treinamento em grupo de dinâmica interpessoal, num processo de compreensão dele mesmo e de seus colegas, no complexo processo de interação humana, implicando mudanças de atitudes e comportamentos.

As formas de apontamentos devem orientar-se pelo esquema mental seguido pelo professor a partir da formulação de diagramas, como se viu, ordenação por palavras-chave.

3) Após uma aula é sugerido o repasse do diagrama, num prazo que não deve ultrapassar vinte e quatro horas, complementando-o com a bibliografia indicada e com o material documentado pelo aluno, a fim de facilitar a memorização, que consiste na possibilidade de repetição de informações pelo critério de associação de idéias esquematizadas.

A exploração dos instrumentos de trabalho verifica-se pelos títulos pertencentes em uma biblioteca pessoal, gradativamente aumentada, na eventual assinatura de periódicos especializados, na participação em cursos e no arquivamento de recortes de matérias publicadas em revistas, jornais, Internet etc., enfim, nos itens de documentação, sempre e sempre comparados para aprofundamento temático, referências bibliográficas e atualização. No mais das vezes, é recomendável a supervisão por parte de um professor.

Tudo isso requer obviamente disciplina de estudo, que deve levar em conta o tempo disponível, a ordenação de prioridades, o ritmo imposto e a eficiência do procedimento. Interessante expor que quem quer descobre tempo, com a sugestão de um procedimento que

consiste em tomar uma folha de papel, anotar os diversos dias da semana em linha horizontal e os diversos **afazeres** em linha vertical; registrar depois, na coluna de cada dia da semana, as horas plenas e os possíveis espaços ociosos (Ruiz, 1991, p. 22).

4 Produção textual ou diretrizes para a leitura

Uma leitura produtiva requer, antes mesmo da observação de suas diretrizes, uma escolha adequada do texto. E, para tanto, deve ser considerado o contexto, ou seja, todas as informações que o acompanham e colaboram para a sua compreensão, quer sejam imediatas (contexto imediato): o título da obra e o nome do autor na

capa do livro como referentes textuais a permitir de forma imediata o conhecimento a respeito do que trata e o seu posicionamento doutrinário e ideológico; quer sejam de elementos fora do texto (contexto situacional): são elementos exteriores (geográficos, históricos, psíquicos etc.) que se comunicam com o texto e são imprescindíveis a seu entendimento (Damião; Henriques, 2001, p. 101).

O estudo pela leitura trabalhada diz respeito, assim, em como selecionar o que ler:

Devemos examinar sumariamente o livro cujo título nos interessa à primeira vista; devemos ver o nome do autor, seu *currículum*; devemos ler sua orelha, o índice da matéria, a documentação ou as citações ao pé das páginas, a bibliografia, assim como verificar a editora, a data, a edição e ler rapidamente o prefácio (Ruiz, 1991, p. 35).

Délcio Vieira Salomon (1974, p. 45-48) estabelece que o bom leitor:

1. lê com objetivo determinado;
2. lê unidades de pensamentos;
3. tem vários padrões de velocidade;
4. avalia o que lê;
5. possui bom vocabulário;
6. tem habilidades para conhecer o valor do livro;
7. sabe quando deve ler um livro até o fim, quando deve interromper a leitura definitivamente ou periodicamente;
8. discute freqüentemente o que lê com colegas;
9. adquire livros com freqüência e cuida de ter sua biblioteca particular;
10. lê assuntos vários;
11. lê muito e gosta de ler; e
12. é aquele que não é só bom na hora de leitura.

Há processos (análises) de leitura, a saber:

- 1) textual, que supõe a delimitação da unidade de leitura, no sentido de se determinar o setor do texto (obra) como um primeiro contato, uma preparação da leitura, em suma, uma visão panorâmica. Deve-se efetuar um levantamento sobre o autor do texto, o vocabulário empregado, as teorias seguidas, os fatos históricos, bem como sua estrutura redacional, ou seja, a idéia nuclear ou tópico frasal, os critérios de desenvolvimento (linha de montagem), a conclusão, e, neste caso, é considerada a forma dissertativa, pressupondo um assunto, um tema central com um problema a ser solucionado. Sugere-se a velocidade da leitura normal.

Note-se que, com o texto diante dos olhos:

Numa espécie de fase inicial de aquecimento e concentração, comece lendo o título do assunto, os subtítulos, o sumário, se houver; só então inicie a primeira leitura geral com a atenção sempre voltada para as idéias-mestras e para os pormenores importantes (Ruiz, 1991, p. 46).

José Roberto Whitaker Penteado (1991, p. 185-213) fornece elementos valiosos para uma produção textual satisfatória, apresentando os defeitos mais freqüentes, bem como as sugestões para superá-los, as quais serão aqui aproveitadas. Esse autor expõe que, quanto ao critério de velocidade, foram estabelecidas: para a análise meramente textual (superficial), a normal, ou seja, é a forma de leitura que

habitualmente adotamos no escritório, ao consultarmos os nossos papéis ou aquela de que nos valem para a leitura de qualquer livro; e para as análises temática, interpretativa e crítica (de profundidade), a cuidadosa, que é a mais lenta de todas, tendo em vista a importância do conteúdo ou a necessidade de reter pormenores.

Quanto ao vocabulário e leitura eficiente existem duas maneiras de levantamento: 1) consulta imediata; 2) não interrompendo a leitura. João Álvaro Ruiz (1991, p. 41) sugere

que se experimente não interromper a leitura ante um termo de sentido desconhecido; não raro, a seqüência do texto deixará bem claro o sentido da palavra desconhecida; anote, pois, a palavra desconhecida em um papel avulso, e continue a ler. Ao final de um capítulo, apanhe o dicionário para esclarecer todas as palavras anotadas como desconhecidas e verifique o sentido que melhor se coaduna com o respectivo contexto. Assim, durante a segunda leitura, em que se sublinham as idéias principais e os pormenores importantes, todos os termos estarão claros e incorporados a nosso vocabulário.

2) Análise temática ou de compreensão, na qual exige-se a identificação do tema da unidade, o problema, a idéia central ou tese, devendo-se ter um roteiro de leitura (esquema) que contenha o raciocínio do autor e as idéias secundárias que gravitam em torno do tema. A velocidade da leitura deve ser cuidadosa.

Nunca é demais lembrar a lição de Regina Toledo Damião e Antonio Henriques (2001, p. 129):

Redigir é comunicar idéias sobre determinado assunto, expressando o ponto de vista do emissor. É um sistema semiótico composto por vocábulos que se estruturam por meio de frases enfileiradas umas às outras, em combinações semântico-sintáticas com organização interna coerente, compondo um todo estrutural denominado parágrafo, ou seja, a unidade de compreensão textual dotada de uma idéia central à qual se juntam idéias secundárias, em torno de uma mensagem.

Ou, nas palavras de Silveira Bueno (1968, p. 81):

O parágrafo é uma parte, uma seção da composição escrita ou uma composição em miniatura. De qualquer maneira que se considere o parágrafo, deve constar de várias sentenças, tendentes todas a um único e idêntico objetivo. O principal é que não basta ser um grupo de frases quaisquer, mas é essencial que haja uma idéia, uma situação que una essas frases num único fim.

Um dado interessante, neste âmbito, diz respeito à técnica de sublinhar o texto, no sentido de procedimento empregado com diversos objetivos: assimilar melhor o texto, memorizar, preparar uma revisão rápida do assunto, aplicar em citações e, principalmente, resumir, esquematizar e fichar; e, para tanto, os estudiosos de metodologia sugerem: leitura integral do texto, para tomada de contato; esclarecimento de dúvidas de vocabulário, termos técnicos e outras; releitura do texto, para identificar as idéias principais; sublinhar, em cada parágrafo, as palavras que

contêm a idéia-núcleo e os detalhes importantes; assinalar com uma linha vertical, à margem do texto, os tópicos mais importantes; assinalar, à margem do texto, com um ponto de interrogação, os casos de discordâncias, as passagens obscuras, os argumentos discutíveis; ler o que foi sublinhado para verificar se há sentido; reconstituir o texto, tomando as palavras sublinhadas como base.

Sublinhar com inteligência é estar constantemente atento à leitura, concentrado e em atividade de crítica durante todo o tempo dedicado à leitura. Quanto às normas, acrescente-se a pertinência do adágio latino *non multa, sed multum*, ou seja, não sublinhar muitas coisas, mas o muito significativo.

3) Análise interpretativa e crítica, ao avaliar o posicionamento do autor (filosófico, influências etc.), devendo-se operar com crítica, após a compreensão (a partir da análise meramente textual) e a investigação semântico-interpretativa em sentido mais restrito, para se descobrir a relevância e a contribuição específica por parte do autor, quais sejam a coerência interna da argumentação, a validade dos argumentos empregados, a originalidade do tratamento dado ao problema (principalmente se se tratar de uma tese de doutoramento), a profundidade de análise ao tema, o alcance de suas conclusões e conseqüências, por fim, a apreciação e juízo pessoal das idéias por ele defendidas. A velocidade da leitura deve ser cuidadosa.

Veja-se que

Os textos teóricos se constituem em instrumentos privilegiados da vida de estudos na Universidade, pois é através deles que os estudantes se relacionam com a produção científica e filosófica, é através deles que se torna possível participar do universo de conquistas nas diversas áreas do saber. É por isso que aprender a compreendê-los se coloca como tarefa fundamental de todos aqueles que se dispõem a decifrar melhor o seu mundo. Compreender, interpretar, significa ir além da simples dissecação a que se reduz o formalismo das técnicas de leitura que normalmente afastam, distanciam o leitor da obra (Furlan, 1989, p. 121).

Como salienta Antônio Joaquim Severino (2000, p. 49):

o homem, dada sua condição existencial de empiricidade e liberdade, sofre uma série de interferências pessoais e culturais que põem em risco a objetividade da comunicação. É por isso que se fazem necessárias certas precauções que garantam maior grau de objetividade na interpretação dessa comunicação.

Neste ponto cabe versar sobre a problematização, ou seja, no levantamento de questões explícitas ou implícitas em todo o texto, discutindo-as. Aqui, cumpre diferenciar esta problematização geral do texto com a determinação do problema da unidade (pertencente à análise temática). Neste observar-se-á a origem da tese do autor, ou seja, a situação de conflito que exigiu dele uma solução, ao passo que, naquela, o sentido é mais amplo, tendente à reflexão, cujo levantamento não se fará apenas em face das questões explicitadas pelo próprio autor, mas também daquelas que, com inteligência e perspicácia (assim, relacionadas ao tema), o leitor fará emergir do texto.

Assim, quando se fala em todo o texto, deve-se considerar de forma substancial o desenvolvimento dado pelo autor para a demonstração de sua tese, tendo como pressupostos os elementos extrínsecos e intrínsecos, que, em âmbito da Lingüística, podem ser chamados de relações sintagmáticas ou estrutura de superfície e relações paradigmáticas ou estrutura de profundidade (Damião; Henriques, 2001, p. 29 e 100). Os primeiros “informam acerca do tema em discussão e do estado atual da crítica a respeito”; os segundos,

reportam-se ao que está “atrás” ou “dentro” dos primeiros, ou seja, as idéias, os conceitos, os temas, os ângulos de análise, em suma, a “interpretação” que se pode fazer ou que se depreende dos dados colhidos. De onde, os elementos extrínsecos e os intrínsecos correspondem às duas faces da mesma moeda (Moisés, 1981, p. 23-24).

5 Conclusão

Com isso tudo, busca-se uma síntese pessoal refletida, com vistas não só à mera retenção e reprodução de informações, mas sobretudo a um progresso intelectual consciente a partir de um conhecimento científico.

Referências

- BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A arte de escrever*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- CERVO, Luiz Amado; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. *Curso de português jurídico*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. Tradução de Márcio Pugliesi e Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, [s.d.].
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 13. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- FURLAN, Vera Irma. O estudo de textos teóricos. In: CARVALHO, Maria C. M. de. (Org.). *Construindo o saber – Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. *Metodologia do ensino superior*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 1987.
- LEITE, Eduardo Oliveira. *A monografia jurídica*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2001.

- LYRA, Roberto. *Formei-me em Direito. E agora?* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MELO FILHO, Álvaro. *Metodologia do ensino jurídico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- MOISÉS, Massaud. *Guia prático de redação*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.
- MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- PENTEADO, José Roberto Whitaker. *A técnica da comunicação humana*. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de Direito*. 21. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1994.
- REHFELDT, Gládis Knack. *Monografia e tese: guia prático*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. 4. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

